



## **Da “Onda Conservadora” ao “Estado Pós-Democrático”: a atuação das “bancadas religiosas” e os direitos das minorias na política brasileira recente<sup>1</sup>**

Nelson Santana SANTOS<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe

### **Resumo**

O resultado das eleições presidenciais de 2018 confirmaram a percepção de alguns analistas políticos no sentido de que durante a segunda metade da década de 2010 o Brasil passou por um processo cada vez acentuado de integração ao fenômeno político (de amplitude internacional) que ficou conhecido como “onda conservadora”. Uma das características dos agentes dessa corrente política e ideológica consiste na implementação de estratégias e movimentações midiáticas e legislativas direcionadas para barrar ou ao menos reduzir o alcance das ações voltadas para a extensão dos direitos humanos ao maior número possível de segmentos da sociedade – inclusive os minoritários. O objetivo deste texto é discutir – através de um caso específico – como estas estratégias da chamada “onda conservadora” vêm sendo postas em prática através da atuação de grupos políticos e de determinados segmentos da sociedade civil inclusive sob o argumento de que tais estratégias são instrumentos de defesa de valores próprios destes segmentos, os quais, no seu modo de entender, estariam sendo “postos em risco” em decorrência das políticas de ampliação da participação democrática e dos direitos de determinados segmentos “minoritários” da sociedade. Mais especificamente, o foco empírico da discussão está voltado para as maneiras através das quais esse tipo de estratégia vem sendo adotada recentemente por políticos cujo discurso e base eleitoral encontram-se fundamentados no campo religioso brasileiro, especialmente o de orientação evangélica.

**Palavras-chave:** ativismo político; bancadas religiosas; minorias.

### **Introdução**

Em certo momento de sua vida, no final da década de 1990, ao ser questionado sobre qual teria sido a maior realização da humanidade ao longo do século XX, o economista indiano Amartya Sen respondeu que a consolidação da visão da democracia como a mais aceitável das formas de governança (quase como um valor universal) teria sido este feito (SEN, 1999, p. 3-4)<sup>3</sup>.

---

1 Trabalho apresentado no GT 03 - Processos de identificação e desigualdades nas relações étnico-raciais, intergeracionais e de gênero do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS, Pesquisador do Grupo de Pesquisas Diáspora Atlântica dos Sefarditas (GPDAS/UFS). e-mail: onnels@gmail.com.

3 Esse fato ocorreu no ano de 1997. Um ano depois, o economista indiano seria laureado com o Prêmio Nobel



Essa percepção de que o século XX teria representado o auge da democracia na história não era externada apenas por Sen. Muitos pensadores, lideranças políticas e até mesmo boa parte da população mundial acreditavam que após o choque causado pelos horrores das duas grandes guerras havíamos finalmente chegado a um período de progresso em direção a uma ampliação cada vez mais significativa das práticas democráticas e do respeito aos direitos humanos.

As experiências democráticas implementadas com êxito ao longo da segunda metade daquele século em países como Brasil, Índia e África do Sul pareciam indicar que esta ampliação do espectro democrático caminhava a passos largos inclusive naquelas regiões que outrora costumavam ser identificadas como integrantes do “Terceiro Mundo” (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Apesar disto, passados apenas alguns anos, a chegada do século XXI trouxe consigo a percepção de que o cenário global aparentava ter passado por uma completa alteração. Mais que isto, tornou-se visível o fato de que essa modificação parece ter sido especialmente aguda no seio da política e da sociedade brasileiras. Aqueles que tentam conceituar essa nova realidade o fazem, hoje, através de expressões bem menos otimistas. Alguns deles, por exemplo, definem o estágio atual da história brasileira com expressões tais como “pausa democrática”<sup>4</sup>, “democracia blindada” (DEMIER, 2017), “Estado Pós-democrático” (CASARA, 2019). É preciso ressaltar que esse tipo de diagnóstico a respeito de nossa realidade não destoa por completo do que ocorre em relação ao cenário mundial, para o qual é possível falar, por exemplo, de um contexto de “saída da democracia” (MBEMBE, 2017). Desta forma, aquele otimismo típico de apenas algumas décadas atrás parece ter sido completamente varrido para o passado, graças à intensa atuação de agentes políticos e ideológicos em favor do que alguns autores caracterizam como uma “onda conservadora” (DEMIER, 2017).

Uma das características dessa “onda conservadora” consiste na implementação de estratégias e movimentações midiáticas, políticas e legislativas direcionadas para barrar ou ao menos reduzir o alcance das políticas voltadas para a

---

de Economia.

<sup>4</sup> Essa expressão foi utilizada pelo jurista sergipano Carlos Ayres de Britto em palestra proferida no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Naquela ocasião, ele teria dito que o Brasil vivia, à época, “um momento de pausa democrática, onde é necessário um ‘freio de arrumação’ para realinhar as ideias, valores e aproximar mais as instituições da sociedade”.



extensão dos direitos humanos ao maior número possível de segmentos da sociedade – inclusive os minoritários. Em casos mais extremos (que no atual cenário brasileiro têm se tornado cada vez mais comuns) estas movimentações se voltam contra as próprias instituições basilares do Estado Democrático de Direito.

O objetivo deste texto é discutir – através de um caso específico – como estas estratégias da chamada “onda conservadora” vêm sendo postas em prática através da atuação de grupos políticos e de determinados segmentos da sociedade civil inclusive sob o argumento de se constituírem em instrumentos de defesa de valores próprios destes segmentos, valores estes que no seu entender estariam sendo postos em risco em decorrência das políticas de ampliação democrática e de direitos direcionadas a determinados segmentos “minoritários” da sociedade. Mais especificamente o foco da discussão está voltado para as maneiras através das quais esse tipo de estratégia vem sendo adotada por políticos cujo discurso e base eleitoral encontram-se fundamentados no campo religioso brasileiro, especialmente o de orientação evangélica.

Para tanto, o texto se divide em três discussões principais. Num primeiro momento são apresentadas algumas considerações de caráter mais amplo a respeito das configurações sociais que caracterizam a chamada “onda conservadora”. Em seguida é apresentada uma breve discussão sobre as conexões entre a classe média brasileira e o incentivo às movimentações típicas da “onda conservadora”. Por fim, são discutidos alguns dos momentos mais marcantes da atuação das bancadas religiosas em favor dessa “onda”, notadamente através das ações articuladas sob os auspícios e em nome da Frente Parlamentar Evangélica.

### **Da “Onda Conservadora” ao Estado Pós-Democrático”**

Em suas análises sobre a atual configuração política brasileira, o historiador Felipe Demier defende que o Brasil vive hoje em um contexto de uma “democracia blindada”. Este estado de coisas em que o Brasil chegou obviamente não se deu por acaso. Na verdade o momento que hoje vivemos deve ser interpretado como uma clara consequência da atuação vitoriosa de agentes que trabalharam em prol da implementação de uma verdadeira “onda conservadora” (DEMIER, 2017, p. 83). O contexto do surgimento dessa “onda” pode ser assim resumido: o sucesso político e



econômico obtido pelas duas administrações de Lula e pelo início do governo Dilma tinham feito as direitas brasileiras “silenciarem”. Porém o declínio dos índices econômicos e a redução da capacidade de geração de empregos que marcou o governo Dilma a partir da segunda metade de seu primeiro mandato e os protestos de junho de 2013 acabaram fazendo ressurgir a força da oposição de direita (DEMIER, 2017, p. 83-84). O que se veria surgir, em sequência, seria “uma Nova Direita, extremista, *internética* e adepta de um anticomunismo irascível” (DEMIER, 2019, p. 86, *itálico no original*). Atuantes, os representantes desta “Nova Direita” passariam a atuar publicamente no sentido de alimentar “uma repulsa por pobres, negros, sindicalistas, homossexuais, transsexuais, haitianos e até mesmo índios” (DEMIER, 2017, p. 89).

O resultado da atuação desses grupos nas instâncias formadoras de opinião, segundo Demier, foi o estabelecimento de um cenário no qual, “o direitismo político e o conservadorismo comportamental, tal como o racionalismo cultural, parecem medrar sem óbices” (DEMIER, 2017, p. 90). Entre as práticas recorrentes daqueles que agem nesse espectro de atuação estão (dentre outros) a “incitação ao ódio por parte de histriônicos líderes *político-religiosos*” (DEMIER, 2017, p. 90, *itálico nosso*).

O processo iniciado pela “Nova Direita” acabaria desembocando na eleição do então deputado Jair Bolsonaro para o cargo de Presidente da República, em 2018. O apoio de parcela considerável dos religiosos brasileiros pode ser explicado pelo fato do Brasil passar naquele momento por um processo de anomia e:

Nesses momentos de anomia, os preconceitos, os valores tradicionais e os núcleos mais primários de sociabilidade – como a religião e a família, arduamente defendidos e valorizados por Bolsonaro em seus discursos e gestos – se tornam espaços importantes, em que grupos sociais preservam um pouco de sua organicidade e de suas referências para oferecer defesa contra a percepção de desagregação do ambiente exterior (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 78).

À luz desse tipo de explicação, a reação dos grupos religiosos em favor de um candidato abertamente contrário à extensão de direitos a diversas minorias e favorável mesmo à eliminação de grupos com pensamento diferente – tal como “fuzilar petralhada”<sup>5</sup> – insere-se num processo de busca por algum tipo de afirmação de seus valores em meio ao contexto de desagregação vigente nesses momentos de anomia. Esse tipo de reação – de busca de autoafirmação mediante a redução do

---

<sup>5</sup> Essa expressão foi utilizada pelo então candidato à presidência, em 1º de setembro de 2018, em um comício realizado na capital do Acre.



direito do outro ou até a sua eliminação – não se constitui em uma exclusividade brasileira. Na verdade, conforme percebeu Mbembe, costumeiramente “a fixação imaginária no estrangeiro – o muçulmano, a mulher de véu, o judeu ou o negro terão, neste contexto, funções defensivas” (MBEMBE, 2017, p. 54). Além disso, nesse tipo de situação, muito mais frequentemente do que gostaríamos de admitir “recusamo-nos a reconhecer que, na verdade, o nosso eu é sempre constituído por oposição a um outro: um negro, um judeu, um árabe, um estrangeiro que interiorizamos, mas de modo regressivo” (MBEMBE, 2017, p. 54).

No entanto, para autores como Moura e Corbellini, o segmento da sociedade brasileira em que este processo (de autoafirmação de seus valores mediante o combate ao direito do outro) teve mais impacto foi o do eleitorado evangélico. Levando-se em conta o fato de que estes correspondem a algo em torno de 30 a 35% do eleitorado brasileiro, não se pode deixar de dar atenção às ponderações de Antônio Lavareda, para quem “o apoio das autoridades religiosas como fator determinante da escolha política distingue os eleitores evangélicos, diferenciando-os dos fiéis de todas as outras religiões” (LAVAREDA apud MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 80). Os mesmos autores destacam ainda a organicidade ímpar desse grupo e apontam que “nesse segmento do eleitorado, de tendência bastante conservadora no campo comportamental, calaram fundo as ameaças aos ‘valores da família cristã tradicional’ representadas em temas como o do aborto e na discussão sobre sexualidade e gênero nas escolas” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 80).

O sucesso eleitoral de Bolsonaro entre os membros deste grupo da sociedade brasileira é assim resumido por Moura e Corbellini:

Bolsonaro ocupou um espaço conservador que é expressivo no Brasil e que esteve órfão de uma liderança na política nacional no curso de toda a era de polarização PT x PSDB. Encaixou Deus no centro de sua mensagem (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), trouxe a defesa da família para dentro de seu programa e criou os demônios para mobilizar o medo de seus “fiéis”: o “kit gay”, a “ideologia de gênero”, o “gayzismo militante” e as “feministas defensoras do aborto” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 82).

Contudo a eleição de um candidato abertamente defensor de discursos supremacistas e da ditadura militar não se constitui no único ponto a ser destacado dentre os ataques perpetrados contra a democracia e os direitos humanos na história recente do Brasil. Rubens Casara defende a ideia de que vivemos em um Estado “Pós-Democrático”, o que equivale a dizer que não estamos mais sobre a



égide do “Estado Democrático de Direito”. Para ele não há pertinência nem mesmo na visão de que estaríamos passando por um período de crise democrática. Em seu modo de ver, falar em crise significa afirmar a existência de algo (CASARA, 2019, p. 10) e no caso do Estado Democrático de Direito isto não é mais possível. De acordo com Casara, as principais características deste “novo” tipo de Estado seriam que:

Do ponto de vista econômico, retoma com força as propostas do neoliberalismo, ao passo que, do ponto de vista político, se apresenta como um mero instrumento de manutenção da ordem, controle das populações indesejadas e ampliação das condições de acumulação do capital e geração de lucros (CASARA, 2019, p. 16-17).

Se nas características acima elencadas é possível enxergar o que este tipo de Estado é, deve-se destacar também aquilo que ele faz desaparecer. Assim, por exemplo, nessa nova modalidade de Estado não há qualquer pretensão de fazer valer os limites ao exercício do poder, como é típico no Estado Democrático de Direito (CASARA, 2019, p. 21). As recentes declarações de políticos e de grupos de manifestantes em favor do “fechamento” do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal servem de comprovação de que esse tipo de Estado não se encontra mais restrito às elucubrações teóricas de pensadores como Casara. Sua existência concreta (ou ao menos desejada) está nas redes sociais, nas manifestações de rua (ainda que minúsculas) realizadas mesmo em tempos de pandemia<sup>6</sup> – para citar apenas alguns exemplos.

De acordo com Casara, os sintomas deste Estado Pós-Democrático podem ser vistos “da mercantilização do mundo à sociedade do espetáculo, do despotismo do mercado ao narcisismo extremo, da reaproximação entre o poder político e o poder econômico ao crescimento do pensamento autoritário” (CASARA, 2019, p. 22). Para os propósitos deste texto, interessa-nos principalmente este último fator, pois é sobretudo neste aspecto que se pode identificar a contribuição dos “políticos religiosos” e de seu eleitorado para o estabelecimento do Estado Pós-Democrático.

De acordo com Casara (2019, p. 51), “a racionalidade neoliberal levou a um novo processo de demonização da alteridade”. A conjugação desse fator com o aumento da aceitação do discurso autoritário ganha caráter explosivo quando

---

<sup>6</sup> No momento da redação deste texto o Brasil passava pelo auge da pandemia da Sars-COVID-19, que resultou na elaboração de decretos proferidos por diversos governadores restringindo a circulação em determinados locais e visando a redução de aglomerações, tudo isso como medidas de combate à disseminação do vírus causador de tal doença, o “Novo Coronavírus”. Tais medidas eram vistas como exageradas ou até mesmo desnecessárias por parte da população brasileira, inclusive pelo Presidente da República.





aplicada ao campo religioso. Deve-se levar em conta ainda que “o neoliberalismo propicia o esvaziamento da pessoa – em processos de personalização que escondem uma homogeneização que interessa ao mercado e servem como uma nova forma de controle social não repressivo – e o desaparecimento do *outro*” (CASARA, 2019, p. 51). A gravidade dos efeitos dessa nova forma de controle social (introjetado mas não percebido como tal) que toma como desejável o desaparecimento do outro, potencializa-se ainda mais quando tais efeitos se juntam ao contexto da “tradição autoritária” vigente no Brasil. Entre os sintomas desta tradição estão:

Crença em resposta de força, medo e desconfiança da liberdade, aderência rígida a valores convencionais e identificados como da classe média brasileira do século passado, tendência a agredir indivíduos desviantes dos valores convencionais, oposição ao que é da ordem do subjetivo/sensível, disposição a pensar mediante categorias rígidas (estereótipos), identificação com figuras do poder, hostilidade, generalizada, etc. (CASARA, 2019, p. 51).

Embora seja evidente que tal cenário mostra-se apto a retratar boa parte da população brasileira, não se pode negar que segmentos adeptos de uma religiosidade mais fervorosa têm mostrado uma adesão ainda mais profunda a esse tipo de valores e posturas.

Outro ponto que Casara (2019, p. 81) chamou a atenção e que tem íntima ligação com a atuação de políticos religiosos é a divulgação da visão de que a “sociedade é inimiga da família”<sup>7</sup>, a qual serve de fundamento para muitos comportamentos direcionados à redução da efetividade da democracia e dos direitos de minorias ou grupos caracterizados como detentores das ditas características que “põem em risco a família”.

Ainda de acordo com Casara (2019, p. 86), o sucesso dos regimes antidemocráticos é explicado, em parte, pela existência de pessoas que tiveram sua formação moral e psíquica construída dentro de uma tradição autoritária. Mais que isto, ele defende mesmo que existem “pessoas vulneráveis a ideologias autoritárias” (CASARA, 2019, p. 87). Algumas das características deste tipo de pessoas foram enumeradas por Adorno e, dentre elas, Casara relembra as seguintes:

Aderência rígida a determinados valores (valores da “classe média”), atitude submissa e acrítica diante de autoridades idealizadas, tendência a criticar e condenar/castigar/agredir quem viola os valores em que acredita, oposição ao que é da ordem da imaginação e do sensível, afirmação desmesurada da força e da dureza, hostilidade generalizada, tendência ao vilipêndio do que é

---

<sup>7</sup> Casara fala em uma visão da “sociedade encarada como um perigo à família” (CASARA, 2019, p. 81).



humano, disposição a pensar mediante categorias rígidas, projeção a terceiros de impulsos emocionais inconscientes, preocupação exagerada com a sexualidade alheia (CASARA, 2019, p. 87).

É claro que temos que tomar cuidado para não generalizar um rol tão amplo quanto o acima citado, sobretudo para não o transpor acriticamente para a reflexão sociológica mas não resta dúvidas de que parece um bom quadro definidor do pensamento e das atitudes de parcela considerável da população brasileira atual.

### **A “Onda Conservadora”, os evangélicos e a classe média**

Embora não seja possível associar o tipo de postura analisado nesse texto a uma classe social específica, por outro lado não se pode negar que parcela considerável dos membros dos grupos que têm dado apoio a esse tipo de movimentações se identificam como pertencentes à classe média. Embora o foco deste trabalho esteja mais voltado para os discursos adotados pelos representantes políticos de segmentos religiosos voltados contra ampliações de direitos que estes entendem como potencialmente prejudiciais à sua maneira de enxergar a forma ideal de organização da sociedade, o fato é que nos discursos direcionados pela “Nova Direita” (ou pela “onda conservadora”) contra outros tipos de políticas de ampliação de direitos, tais como as cotas raciais ou os auxílios financeiros para as classes mais pobres, é mais fácil evidenciar a autorrepresentação desses atores principalmente como integrantes da classe média, donde podemos deduzir que – independentemente da pertinência de tal autorrepresentação à realidade – o lugar de fala privilegiado desses atores é justamente a classe média.

O fato destes atores sociais se identificarem como pertencentes à classe média e se pronunciarem como representantes dela pode ser entendido inclusive como uma postura de autoafirmação. Isto porque no contexto brasileiro “enquanto os excluídos são simplesmente invisibilizados e desprezados, a classe média representa um ideal desejável e de grande força simbólica” (SOUZA, 2018, p. 10). Assim, falar em nome da classe média significa adotar um lugar de fala que é visto como respeitável pela maior parte da população brasileira.

Falar em nome da classe média também se mostra bastante útil e confortável para esses grupos na medida em que lhes possibilita a enunciação a partir de um horizonte discursivo em meio ao qual o individualismo é visto como especialmente caro e relevante. Isto porque “a classe média está intimamente associada ao





individualismo e à autonomia individual. E não existe valor mais alto no Ocidente do que a autonomia individual” (SOUZA, 2018, p. 10). Na verdade, pode-se mesmo dizer, fazendo coro a Jessé de Souza, que “a classe média é a classe do individualismo ético por excelência” (SOUZA, 2018, p. 10).

Embora esse “falar em nome da classe média” muitas das vezes não esteja exatamente respaldado na realidade social e material em que efetivamente vivem os reprodutores desses discursos conservadores, pode-se afirmar que isso acaba se tornando uma forma de se fazer autorrepresentar como membro de uma classe social que possui no imaginário brasileiro uma representação atrativa a qual faz com que muitos desejem fazer parte dela – mesmo pessoas e grupos que de fato guardam pouquíssima conexão real com ela. Sobre este tipo de visão distorcida da realidade, Souza adverte que no Brasil:

Hoje em dia, o trabalhador precário não se considera pobre, mas de classe média. Os pobres são apenas os excluídos e marginalizados. A classe média real, por sua vez, se vê como “elite”, contribuindo para um autoengano fatal e de consequências terríveis para o destino da sociedade brasileira e da própria massa da classe média (SOUZA, 2018, p. 11).

Essa constatação complica ainda mais a situação na medida em que admite que mesmo pessoas cuja situação econômico-financeira as distancia da classe média não se encontram imunes a fazer de si próprias uma autorrepresentação de integrantes desse grupo social.

Se não é possível afirmar que a classe média seja o *locus* social mais comum entre os membros das igrejas protestantes brasileiras, pode-se dizer com mais possibilidade de acerto que este segmento social é o *locus* privilegiado onde os discursos conservadores são reproduzidos de maneira mais orgânica.

Uma das formas mais eficazes de se incutir uma ideologia a um determinado grupo social é através do discurso religioso. De fato, deve-se levar em conta que:

De início, a construção e a interpretação da necessidade interna são determinadas pela religião. Toda a vida simbólica dos indivíduos articula-se em função de mensagens religiosas particulares. Para além da mera percepção física do corpo e suas necessidades fisiológicas, a própria ideia de “individualidade” resulta do desempenho específico de uma certa mensagem religiosa (p. 20).

Dessa maneira, o discurso religioso pode ser um ótimo instrumento para conduzir às pessoas a aderirem a uma determinada ideologia. Isso se explica, dentre outros fatores, além do argumento de autoridade muito característico de alguns discursos religiosos, pelo fato de que as ideias religiosas não são aplicadas



apenas no âmbito das igrejas ou templos e no âmbito íntimo da consciência de cada um. Elas se transformam também em princípios orientadores da atuação prática do indivíduo em seus mais variados papéis sociais. É claro que em alguns segmentos religiosos essa capacidade do discurso religioso de orientar as outras dimensões de sua vida encontra-se bastante mitigada. Apesar disso deve-se ressaltar que exatamente o segmento religioso evangélico é reconhecido como um dos que menos é afetado por esse processo de relativização dos argumentos de fundo religioso na orientação da vida de seus fiéis.

Esse desejo de pertencimento à classe média tem grande apelo entre os adeptos das denominações evangélicas também devido à relação que os adeptos do protestantismo nutrem com o trabalho pois afinal de contas, como bem notou Souza (2018, p. 18) “a revolução de consciências protestante vira de ponta-cabeça o imaginário social. O trabalho produtivo e cotidiano torna-se o suporte tanto da autoestima como do reconhecimento e respeito social do indivíduo”. Neste sentido, o pertencimento à classe média (ainda que apenas imaginário) pode ser interpretado como a comprovação de que quem faz jus a esse *status* é alguém cujo trabalho rendeu frutos e, portanto, foi abençoado por Deus (pouco importando as consequências sociais dos discursos abraçados em nome da sensação de adesão à ideologia desta classe).

### **Os parlamentares evangélicos e os direitos das minorias**

A participação de religiosos na esfera político-eleitoral brasileira vem se ampliando desde pelo menos a década de 1990. O aumento dessa atuação se dá não somente em termos quantitativos – ou seja, em relação ao número de políticos eleitos declaradamente religiosos – quanto qualitativamente – ou seja, no tocante à adesão destes políticos às temáticas consideradas pertinentes em seu ambiente religioso de origem. Dessa forma, pode-se dizer que o aumento do número de políticos religiosos se fez acompanhar também de “uma tendência à associação entre a identidade religiosa e o direcionamento político, expresso principalmente através do voto” (VITAL; LOPES, 2013, p. 39). Esse tipo de associação é efetivado com sucesso devido ao fato de que “na atualidade, evangélicos e católicos acionam redes dentro e fora do Congresso Nacional para pautarem o governo e para



conduzirem as agendas que estão em curso, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado” (VITAL; LOPES, 2013, p. 156).

Mais precisamente, é possível identificar também que este crescimento se notabilizou mais claramente entre os evangélicos sobretudo aqueles de orientação pentecostal. Sobre o processo que culminou na chegada deste segmento religioso ao centro da política brasileira, Vital e Lopes (2013, p. 41) esclarecem que:

Os pentecostais, que até décadas antes da Constituinte tinham um posicionamento tradicional de negação do mundo e, portanto, de autoexclusão da vida pública, avançaram no campo político (como também na mídia, sobretudo a televisiva). E uma justificativa central alegada para essa guinada era o fato de que eles precisavam ocupar estes espaços para defender os valores institucionais e, sobretudo – argumento que vigora até hoje –, os valores morais, que primariam pela família. Sendo assim, na perspectiva que defendem, eles precisariam se organizar para atuar contra ativistas homossexuais e feministas, bem como contra os defensores da umbanda e do candomblé.

Dessa maneira, o discurso apresentado pelos evangélicos – notadamente pelos pentecostais – pauta-se, portanto, como um discurso de autodefesa, como uma reação a processos que segundo a sua ótica estariam pondo em risco a sobrevivência de valores tidos como inegociáveis para estes grupos. Estes processos por sua vez só teriam se consolidado (ou chegado muito próximo disso) graças a discursos que teriam sido mobilizados com êxito por outros grupos em circunstâncias nas quais os evangélicos não haviam participado. Os principais produtores e representantes destes outros discursos – que deveriam ser retorquidos e, em última instância, silenciados – seriam sobretudo os “militantes das causas” homossexual, feminista e das religiões de matriz africana. Assim, sob a perspectiva adotada pelos evangélicos, esse debate estabelecido na mídia e na política trata-se antes de tudo de uma disputa pela ocupação dos lugares de fala na sociedade, na medida em que haveria um espaço que estaria sendo “perdido” pelos evangélicos em razão do crescente atendimento das demandas dos grupos militantes supramencionados. O problema deste tipo de visão não está na disputa pelo espaço em si mas sim no desejo de que o outro lado da disputa não disponha de espaço algum, como se este (o espaço) só pudesse ser ocupado de maneira exclusiva por um dos lados da disputa – numa clara negação da possibilidade do pluralismo e da convivência cidadã.

Esse tipo de disputa foi travado principalmente em duas arenas: a midiática e a política. Em relação a esta última, o principal ambiente a dar voz para a visão



evangélica acerca da necessidade de conter os avanços (tidos por eles como “exagerados”) nos direitos concedidos a minorias foi a Frente Parlamentar Evangélica.

A Frente Parlamentar Evangélica foi criada em 2003. Desde então tem sido uma das mais representativas integrantes da chamada “bancada religiosa” do Congresso brasileiro. Uma das características da “bancada religiosa” é que ela é “composta de representantes de quase todos os partidos” (NOBRE, 2013). Ao estudarem as formas de atuação de tal Frente, Vital e Lopes (2013, p.156) observaram que:

Há muita organicidade no comportamento dos políticos da FPE [Frente Parlamentar Evangélica] que contam com um staff qualificado que lhes acompanha nos trabalhos cotidianos no Congresso Nacional fornecendo informações, conectando-os com suas bases, conduzindo reuniões e dialogando com magistrados, ministros e secretários de governo.

Sobre os números de integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, conforme dados extraídos do site da própria Câmara dos Deputados – somados às informações levantadas por Vital e Lopes (2013, p. 46) – nota-se um processo de crescimento numérico nos seguintes termos: na legislatura de 2007-2010 a Frente era composta por 51 parlamentares; na de 2011-2014, eram 80; na de 2015-2018, passaram para 90; e na atual legislatura, iniciada em 2019, o número de integrantes chegou a 203.

Este crescimento, como já salientado anteriormente, não se deu apenas no aspecto quantitativo como também na capacidade de mobilização e no grau de repercussão que estas mobilizações alcançaram. Exemplos desta intensificação na participação foi a criação de partidos políticos próprios tais como o Partido Republicano Brasileiro (PRB), criado em 2005, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, e o Partido Ecológico Nacional (PEN), fundado em 2012, ligado à Igreja Assembleia de Deus (VITAL; LOPES, 2013, p. 47).

Sobre a atuação tanto da Frente Parlamentar Evangélica quanto da própria “bancada religiosa”, Marcos Nobre destaca o episódio ocorrido em 2011, quando a iniciativa do MEC no sentido de preparar e distribuir “material pedagógico de combate à discriminação e à violência contra os homossexuais, travestis e transgêneros, conhecido como kit anti-homofobia” (NOBRE, 2013) passou a ser identificado pela bancada religiosa como o “kit gay” e através de ameaças de



obstrução da pauta de votações e da instauração de uma CPI, acabou conseguindo que a distribuição de tais materiais fosse cancelada antes mesmo de ser iniciada.

Naquele momento houve intensa divulgação de discursos no sentido de que a real intenção do Governo Federal era “fazer apologia ao homossexualismo” e “incentivar as crianças brasileiras a se tornarem gays”. A dimensão de combate à discriminação e violência perpetradas contra os homossexuais acabou sendo completamente ocultada pelos tipos de argumentos acima indicados. Concomitantemente a isto, a “bancada religiosa”, capitaneada pela Frente Parlamentar Evangélica passou a exercer forte pressão sobre o governo (através de ameaças de obstrução da pauta de votações e da instauração de uma CPI, conforme já indicado anteriormente) até que conseguisse transformar o fim deste tipo de pressão em uma espécie de moeda de troca a ser barganhada como contraprestação pela suspensão da distribuição do material elaborado pelo MEC.

Ao analisarem este episódio, Vital e Lopes (2013, p. 149) chegaram à conclusão de que:

O que se observou, portanto, foi a utilização de direitos civis, através da negação de uma política educacional voltada à inclusão e valorização da diversidade, como moeda de troca política com setores conservadores. Esses grupos se encontravam acuados pela decisão do Supremo Tribunal Federal que, no mesmo mês de maio de 2011, de forma unânime, conferiu a possibilidade de reconhecimento dos relacionamentos entre homossexuais como união civil. Contudo, os setores conservadores tiveram uma parcela de sua força política reconstituída pelo desfecho que esse caso teve.

Assim, no final das contas além da vitória obtida no sentido do cancelamento do material didático elaborado pelo Governo Federal, o que redundou num retrocesso em relação à valorização da diversidade e dos direitos das minorias, os setores conservadores representados pela “bancada religiosa” obtiveram também o ganho simbólico de ter reforçada a imagem de sua capacidade de mobilização e interferência sobre os rumos das políticas públicas a serem implementadas pelo Estado brasileiro.

Outro episódio em que a atuação da Frente Parlamentar Evangélica e da “bancada religiosa” se fez notar claramente foi o ocorrido no ano de 2010, durante a eleição presidencial que se realizou naquele ano. Na ocasião os dois principais candidatos eram Dilma Rousseff, do PT, apoiada pelo então Presidente, Lula, e José Serra, do PSDB, reconhecido como o mais forte candidato da oposição. No transcorrer do processo eleitoral começou a ser divulgado em diversos meios



religiosos – entre os evangélicos também, apesar de que neste episódio os católicos também desempenharam importante protagonismo – a informação de que fazia parte do Plano de Governo da candidata petista a “legalização do aborto”. Instalou-se então uma celeuma midiática e discursiva, insuflada inclusive por representantes da “bancada religiosa” que acabou trazendo a discussão sobre a pretensa “liberação do aborto” (essa foi a expressão que se popularizou à época, não por acaso, é claro) para o centro do processo eleitoral então em curso. Como consequência disso ambos os candidatos com maiores intenções de voto tiveram de alterar completamente suas pautas discursivas para inserir em suas falas – durante aquele processo eleitoral – a garantia de que não tomariam qualquer medida no sentido de legalizar a prática do aborto no Brasil (moldando assim os seus discursos à pauta conservadora encampada por segmentos religiosos). Deve-se destacar que neste caso o protagonismo dos parlamentares foi mitigado na medida em que a divulgação do discurso conservador se deu num grau de capilaridade bem maior que o episódio do “kit gay”, vez que nesse caso as igrejas se tornaram ambientes privilegiados para tal divulgação tendo sido bastante noticiados os inúmeros casos de pastores e padres que se utilizaram de seus púlpitos e altares para clamarem para que os cristãos não votassem em candidato que “apoiasse o aborto” sob pena de estarem desobedecendo a vontade de Deus.

A análise que Vital e Lopes fizeram a respeito de mais este episódio em que ficou evidenciada a força da bancada e dos votos religiosos foi no sentido de que:

O ‘medo’ da ação religiosa e de uma possível ‘reação’ do voto evangélico, elaborações cada vez mais presentes no cenário eleitoral, revelaram-se como ‘verdades’ cuja consequência direta é a capitalização política destes setores em embates eleitorais. Ao serem reconhecidos como forças políticas indispensáveis, vitais, na disputa eleitoral, as personagens religiosas ampliam o seu potencial de negociação, chegando, como no momento de acirramento da disputa que analisamos, ao próprio apagamento de outras agendas fundamentais, constitutivas dos candidatos e partidos que concorriam (VITAL, LOPES, 2013, p. 108).

Os mesmos autores chamam atenção ainda para o fato deste tipo de polarização da discussão em torno de uma demanda produzida por dois grupos e “vencida” por um deles acabar redundando na impossibilidade de se dar atenção a demandas oriundas de grupos minoritários. Além disso questionam a fundamentação empírica da associação entre a pertença religiosa e o efetivo voto em candidatos oriundos de tal grupo, apesar disto ser tomado “como uma verdade”





sobretudo por segmentos da imprensa, o que só reforça o “poder de negociação” dos grupos evangélicos (VITAL, LOPES, 2019, p. 108).

A análise destes dois momentos exemplificativos da atuação política dos grupos religiosos brasileiros demonstra que há alguns pontos em comum. Dentre estes pontos de interseção, os quais foram devidamente identificados por Vital e Lopes, cumpre destacar a verticalidade da disseminação dos discursos e a estratégia de criação de pânicos morais. Assim, tais autores identificaram, por exemplo, que em ambos os casos supracitados “um conjunto de argumentos foi mobilizado pelas lideranças políticas evangélicas (e também católicas) para alcançar o convencimento da sociedade e de suas bases” (VITAL, LOPES, 2019, p. 150). Os discursos são gestados nas instâncias superiores destes segmentos religiosos – das quais podem fazer parte tanto os líderes religiosos quanto os políticos inclusive porque no caso evangélico no mais das vezes tais papéis costumam ser desempenhados concomitantemente – mas têm como objetivo a adesão das bases, de maneira a garantir que o sucesso de tal divulgação ganhe tanto exposição midiática quanto capilaridade. Doutro lado, os supracitados autores conseguiram identificar também que em ambos os casos “os argumentos acionados pelos religiosos articulavam concepções em torno do direito à vida, da economia e da necessidade de preservação da família. Todos eles coordenados com a finalidade de ativar pânicos morais” (VITAL; LOPES, 2019, p. 150). Assim, além de circularem em torno de um mesmo núcleo de temas capazes de justificar a tese da autodefesa, estes discursos têm também em comum a busca pela geração de uma sensação de “pânico moral” capaz de aglutinar – mediante o medo – não só as próprias bases religiosas às quais tais discursos se dirigem primariamente como também o restante da sociedade.

### **Considerações finais**

Ao longo do texto verificou-se que o Brasil passa por um visível momento de retrocesso no consenso em torno da visão da democracia como a menos problemática das formas de governo disponíveis hodiernamente. Essa guinada rumo a posturas que flertam perigosamente com a defesa de regimes autoritários – que pode ser vista como uma “saída da democracia” ou uma “blindagem” desta – se faz



acompanhar também de retrocessos referentes à aceitação da ampliação dos direitos humanos como um ideal a ser perseguido.

Esse processo se estabelece através de embates que são travados sobretudo no âmbito discursivo. Assim, para que tais retrocessos se concretizassem em atitudes – governamentais, inclusive – foi necessário que preliminarmente se consolidasse um consenso discursivo entre alguns atores no sentido de que o processo de ampliação das garantias democráticas precisava ser “barrado”. As ideias gestadas em torno desse consenso passaram então a ser divulgadas gerando a “onda conservadora” que hoje atinge parte considerável do Mundo. Entre os principais agentes de disseminação desses discursos um papel especial é desempenhado pelos segmentos religiosos.

Diante de tudo isso foi possível verificar, através das discussões teóricas e dos casos concretos apresentados ao longo do texto, que a atuação dos grupos religiosos no Brasil, notadamente através representantes políticos do segmento evangélico, se constituiu em um dos processos sociais que mais contribuíram para a divulgação de ideários conservadores no âmbito da sociedade brasileira. Quer seja através da atuação de líderes religiosos (e políticos) no âmbito das igrejas, quer seja através da articulação midiática e política de seus representantes nas bancadas do Congresso Nacional, os grupos religiosos brasileiros, especialmente os evangélicos, conseguiram angariar um capital político que lhes assegurou o poder de interferirem decisivamente nos rumos de políticas públicas elaboradas com a finalidade de ampliar os direitos das minorias e o respeito à diversidade.

Ao obterem êxito em suas movimentações direcionadas para refrear a implementação das políticas públicas acima mencionadas, os evangélicos brasileiros e seus representantes políticos conquistaram o *status* de uma das forças políticas (e sociais) mais eficientes do Brasil mas, em contrapartida, se consolidaram também como um dos agentes que mais contribuíram para que aquele processo que se iniciou como uma mera “onda conservadora” desembocasse efetivamente na concretização do “Estado Pós-Democrático” que alguns analistas entendem viger no Brasil atual.



## REFERÊNCIAS

CASARA, Rubens R.R. **Estado Pós-Democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe**: a dialética da *democracia blindada* no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

MBEMBE, Achille. A Saída da Democracia. In: **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona. 2017, p. 21-69.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A Eleição Disruptiva**: por que Bolsonaro venceu. Rio de Janeiro: Record, 2019.

NOBRE, Marcos Nobre. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.

SEN, Amartya. Democracy as a Universal Value. **Journal of Democracy**, 10 (3), p. 3-17, 1999.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

VITAL da Cunha, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

## Páginas da internet acessadas:

<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>

<https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/>